*Edição nº 466 (setembro e outubro de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.

Por Flávia Silva

Conduta empresarial responsável ainda tem muita intenção e pouca prática – Publicado em julho último, o OECD Responsible Business Outlook (Panorama da OCDE sobre Conduta Empresarial Responsável) revela um compromisso crescente de empresas e reguladores com práticas ASG (ambiental, social e de governança), cuja implementação efetiva, no entanto, ainda deixa a desejar. Elaborado no ano em que as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (OECD Guidelines for Multinational Enterprises on Responsible Business Conduct) completam 50 anos, o levantamento mostra que mais de dois terços (69%) das 10 mil maiores empresas listadas do mundo, responsáveis por 96% da capitalização de mercado, já assumiram algum compromisso ASG. Ainda assim, apenas uma minoria adota os processos de due diligence necessários para colocar, de fato, esses compromissos em prática.

“Os governos não só podem, como devem dar o suporte necessário para superar essa lacuna”, assinala Mathias Cormann, Secretário-Geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Para Cormann, a Conduta Empresarial Responsável (CER) busca garantir que as atividades empresariais melhorem a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, protejam o planeta. “Isso implica construir ambientes de trabalho em que as pessoas sejam tratadas com dignidade; desenvolver produtos e tecnologias seguros e confiáveis; proteger o meio ambiente e contribuir para a comunidade. Acima de tudo, essa conduta reflete o compromisso de eliminar, continuamente, práticas prejudiciais e promover um crescimento sustentável e inclusivo”, detalha.

Na opinião de Allan Jorgensen, Head do Centro para Conduta Empresarial Responsável da OCDE, para que as sociedades prosperem, é preciso que as empresas façam a sua parte, criando empregos de qualidade e promovendo crescimento e inovação. “Para tanto, são necessários padrões compartilhados e o compromisso de governos e cidadãos com sua aplicação efetiva”, observa. Jorgensen destaca a atuação da OCDE, sobretudo por meio das Diretrizes para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável. “As diretrizes partem de um princípio simples: as atividades empresariais devem contribuir para melhorar a vida das pessoas, e não se desenvolver às custas delas ou do planeta”, sintetiza.

Implementação lenta – O levantamento do mercado mundial publicado em julho indica que 84% dos países membros da OCDE já possuem regulamentação relacionada à due diligence ambiental e social. “E muitos outros estão adotando medidas para incentivar, viabilizar e apoiar essa agenda”, acrescenta Cormann.

Entre as grandes empresas, 69% já assumiram compromissos públicos com pelo menos um tema relativo à CER, enquanto mais de um terço (36%) possui compromissos de caráter transversal, que abrangem diferentes áreas. Os mais frequentes incluem o combate à corrupção e às emissões de gases de efeito estufa, seguidos por trabalho forçado, trabalho infantil e direitos humanos. Por outro lado, menos da metade das grandes empresas listadas assume compromissos relacionados à liberdade sindical e apenas um quarto o faz em relação à biodiversidade.

De modo geral, no entanto, as empresas divulgam mais informações sobre suas políticas e sistemas de gestão (45% do total de práticas consideradas no relatório) do que sobre outros aspectos da due diligence, sobretudo seus impactos (menos de 20%).

(Continua...)

Clique aqui **para ler a matéria completa na íntegra.**

Fonte: Abrapp em Foco, em 17.11.2026.